

# **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ATIVIDADE FABRIL: O CASO DA ANTIGA VIDRARIA SANTA MARINA \***

**Angela Rosch Rodrigues**

Mestre pelo programa de pós – graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo. E-mail: angelarr@usp.br

\* Este artigo é uma parte da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora com orientação da profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

## **Resumo:**

O início das instalações da antiga Vidraria Santa Marina na cidade de São Paulo é de 1892, desde então o conjunto vem se configurando através de um grande número de ampliações e adaptações. Atualmente, parte do terreno original pertence à empresa Saint – Gobain e mantém a atividade vidreira. Em 2009, alguns remanescentes isolados do complexo foram tombados pelo CONPRESP, constituindo um interessante e raro caso na capital paulista porque há a convivência entre bens tombados e a manutenção de uma atividade fabril. Este artigo tem como objetivo analisar essa relação através da abordagem do histórico da evolução do conjunto e a atual situação no que diz respeito à percepção que se dá em relação ao patrimônio industrial tanto pelo órgão de preservação como pelos proprietários. Para tanto foram usados como referências publicações produzidas pela empresa assim como o processo de tombamento.

**Palavras chaves:** preservação, patrimônio industrial, atividade fabril.

## **Introdução:**

Geralmente, o patrimônio industrial que é abordado nos variados estudos remonta à profusão de exemplares que passaram por mudanças de uso ou que não estão em atividade em consequência das características intrínsecas dos remanescentes industriais, potencialmente reutilizáveis pela relativa versatilidade de seus amplos e modulados espaços e, principalmente, pelo potencial econômico agregado, devido ao interesse especulativo que reside no valor imobiliário dos terrenos.

Os estudos de bens que ainda mantém sua produtividade original apresentam condições específicas e diferenciadas daqueles já desativados e permitem o desenvolvimento de questões interessantes para a preservação desse patrimônio.

Este artigo aborda o patrimônio industrial ativo se concentrando na atividade fabril, justamente porque a necessidade de adaptações tecnológicas e sua aparente controvérsia com a preservação patrimonial é bastante contundente.

Para tanto foi selecionado o caso da antiga Vidraria Santa Marina na cidade de São Paulo que se instalou num terreno na várzea do Tietê em 1892 e ainda mantém a atividade vidreira. Arquitetonicamente, a fábrica tem passado por várias adaptações produtivas reciclando seu maquinário, fornos e têmeperas. Atualmente o conjunto possui poucos edifícios, fornos e chaminés originais. Em 2009, alguns remanescentes isolados foram tombados pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), constituindo um interessante e raro caso na capital paulista porque há a convivência entre bens tombados e a manutenção de uma atividade fabril.

Este trabalho tem como objetivo analisar essa relação através da abordagem do histórico da evolução do conjunto e a atual situação no que diz respeito à percepção que se dá em relação ao patrimônio industrial tanto pelo órgão de preservação como pelos proprietários. Para tanto, o trabalho se estrutura da seguinte forma: apresenta uma trajetória histórica do caso abordando algumas das alterações e adaptações em função das necessidades produtivas que incidiram ao longo das décadas e então é analisado o processo de tombamento, buscando identificar como se dá o reconhecimento do valor cultural desse bem e as justificativas do poder público para essa salvaguarda, bem como a contrapartida dos proprietários. Para esta pesquisa foram usadas como referências: fontes bibliográficas, documentais, iconográficas produzidas pela empresa bem como o próprio processo de tombamento.

## **1 Histórico da empresa:**

A Vidraria Santa Marina não teve um projeto inicial pré-determinado que abarcasse todas as necessidades de seu programa; ao contrário, foi se constituindo paulatinamente ao longo das décadas e foram inúmeras e sucessivas modificações e ampliações em seu conjunto edificado em decorrência das necessidades da linha produtiva. Através do material consultado foi possível detectar algumas dessas alterações.

## 1.1 Do início até a década de 1960:

Em 1892 o Conselheiro Antônio da Silva Prado e o Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão iniciaram a exploração de turfa com um forno primitivo em terrenos que cobriam aproximadamente 33 mil m<sup>2</sup> da Água Branca à Freguesia do Ó, na várzea do Tietê, onde haviam sido descobertas jazidas de areia com cor e qualidade ideais para a manufatura de vidro branco (BRANDÃO, 1996, p.50). Em 1895, constituiu-se a firma Prado & Jordão e foi iniciada a instalação de um forno maior e mais apropriado. A princípio a produção concentrava-se em vidros planos, porém, como não encontrou a receptividade necessária mudou-se para a garrafaria em 1896 <sup>1</sup>. Em 1901, Antônio Prado comprou a parte da sociedade dos herdeiros de Jordão e a empresa passou a se chamar Fábrica de Vidros Santa Marina, em homenagem a uma das filhas de Prado, falecida (BRANDÃO, 1996, p.52). Em 1903 a firma foi transformada em sociedade anônima, passando a denominar-se Companhia Vidraria Santa Marina.



**Figura 01:** Fábrica de Vidros Prado e Jordão, 1896. Do lado esquerdo verifica-se a denominada “cabine elétrica” remanescente até a atualidade. Fonte: Acervo da Empresa.

Uma reportagem do *Almanaque de 1905* da Companhia Antártica Paulista <sup>2</sup> trouxe a descrição das dependências principais e um minucioso relato das atividades produtivas da fábrica. De acordo com esse registro no vasto terreno (desde a estação da S. Paulo Railway, na Água Branca, até as margens do Tietê) havia as principais dependências instaladas em dois grandes pavilhões construídos de tijolos (um com 616 m<sup>2</sup> e outro com 1.623 m<sup>2</sup>) ligados por um terceiro de dimensões menores. Além da

---

<sup>1</sup> A indústria brasileira de cervejas estava em pleno desenvolvimento na cidade de São Paulo com a presença das quatro grandes do setor: Antártica (fundada em 1891), Brahma, Bavária e Teutônia.

<sup>2</sup> Os trechos dessa reportagem foram consultados em BARCELOS, 1983, p.64 - 69 e BRANDÃO, 1996, p.52 - 55.

seção destinada à fabricação do vidro propriamente dito, havia diversas outras seções com serrarias, oficinas mecânicas, fábricas de fitas isoladoras, bombas de água, forjas para o preparo de canas e outros moldes, oficinas de pedreiro e de carpintaria, grande depósitos para garrafas e matéria prima, almoxarife, pequena farmácia, dentre outras. Internamente a fábrica era servida por linhas de *Decauville* à tração animal e um desvio da antiga São Paulo Railway.

A força motora da fábrica era dada por eletricidade, por meio de um dínamo de 25 cavalos, alimentado pela *Light and Power*. A iluminação da fábrica e de todas suas dependências era elétrica. O sistema de fornos era abastecido a gás que era produzido no pavimento térreo, pelo carvão de pedra em combustão com a lenha, em aparelhos chamados “marmitas”.

O calor necessário à liquefação da matéria prima era entre 1600 a 1700 graus Celsius, para resistir a essa temperatura, os fornos eram construídos de tijolos e terra refratária, com um revestimento externo de tijolo comum, em espessas camadas. Essas edificações de linhas bastante simplificadas eram tipicamente de caráter fabril, possuíam cobertura em duas águas com ventilação e grandes aberturas em arco que denotam o pé direito duplo, necessário para a produção vidreira <sup>3</sup>.

A areia (amarela) era extraída do próprio terreno da fábrica através de dragas movidas à eletricidade e depois era transportada em vagonetes; a pedra calcária procedia de fazendas e vinha em grandes blocos que eram fragmentados e depois moídos a pó. A terra necessária para completar a mistura e que dava a coloração ao vidro também era extraída do próprio terreno da fábrica. O composto resultante da combinação proporcional de areia, pedra calcária, sulfato de soda e terra era feito por meio de um aparelho apropriado, no pavilhão térreo da fábrica, de onde subia por meio de elevadores mecânicos (sistema “canecos”) para o pavimento superior, onde ficava depositado à boca do forno.

---

<sup>3</sup> No Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH) foi possível localizar uma planta datada de 1900 em que consta o projeto de um forno para a então Fábrica de Vidros Prado e Jordão que seria uma nova construção tendo em anexo o forno anterior, é possível detectar nesse projeto a sala da têmpera e o compartimento para gasogênio: *Fábrica de Vidros Prado e Jordão – Estação D`Água Branca Rua da Vidraria Santa Marina - 31/5/1900*; Pasta – Etiqueta O. PA. 259 (O. PA – Obras Particulares - referente à letra A do ano de 1900 : 1900 - A) – Água Branca p. 25 - 34.

À medida que a massa vítrea ia sendo consumida no fabrico das garrafas um operário introduzia no forno a quantidade de matéria necessária para conservar uma certa relação entre o depósito e o consumo, então o conteúdo do forno era sempre igual (aproximadamente um metro e pouco de altura em toda sua extensão interna). O forno tinha do lado oposto aquele em que entrava a mistura, dez pequenas bocas denominadas “praças”, para cada uma havia um ventilador movido à eletricidade, para abrandar o calor. Dentro do forno em cada uma de suas dez “praças” havia um recipiente de barro refratário, o flutuador, perfurado no fundo que recebia a massa líquida na sua camada mais profunda e, portanto, mais pura e límpida, enquanto as impurezas que causavam os defeitos no vidro ficavam nas camadas superiores. Os aparelhos necessários eram simples: uma fôrma mecânica correspondente a cada “praça”, as canas de ferro e ainda outros pequenos instrumentos acessórios.

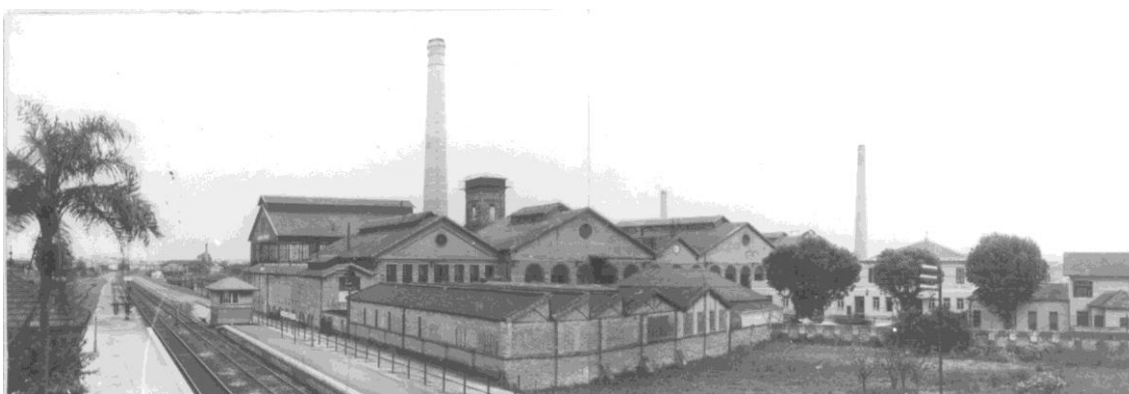
Esse processo manual passou por paulatinas mudanças. Em 1906, houve uma ampliação e automatização da fábrica com a construção de um forno especial, o grande forno, como era denominado, construído ao lado da linha férrea, e foram implantadas 16 máquinas semi – automáticas (*Severin*) configurando um conjunto impressionante que dava um respeitável potencial fabril (BRANDÃO, 1996, p.55).

Grande parte da mão de obra era imigrante, muitos de origem francesa, contratados pela experiência na produção vidreira especialmente na região de Marselha (França). Devido às dificuldades de acesso ocasionadas pela distância e principalmente pelas cheias do Tietê, foram construídas duas vilas operárias contíguas à fábrica: a primeira conhecida como Vila Velha, na década de 1910; e, mais tarde outra, conhecida como Vila Nova, em um terreno na frente à área original. Aos poucos, a necessidade de habitações cresceu e ultrapassou os muros da empresa (BRANDÃO, 1996, p.59), dessa forma, a importância da empresa para o desenvolvimento da região é incontestável já que foi responsável pela urbanização dos bairros da Água Branca, Pompéia, Lapa e Freguesia do Ó (BARCELOS, 1983, p.55-56). Em 1912 a estrada do aterro do Ó passou a se chamar Av. Santa Marina, o que mostra o quanto a indústria estava integrada à região (BRANDÃO, 1996, p. 65).

Acompanhando o desenvolvimento das dependências da fábrica, durante a década de 1920, foi instalado um novo forno automático e novos maquinários (máquinas *Lynch* e *O'Neil*). Em 1924, a empresa abdicou da fabricação de vidros planos mantida desde 1906 pelo processo manual de sopro humano. Ainda em 1924 estourou o 2º movimento tenentista, bombas atingiram a Vidraria Santa Marina que teve vários

setores danificados; em 1929 a empresa sofreu também com graves enchentes (BRANDÃO, 1996, p. 68).

Na revolução em 1932, a Vidraria Santa Marina participou do processo de diversificação da indústria de São Paulo para a produção de “material de guerra” (fuzis, bombas, vestuário e comestíveis) (BRANDÃO, 1996, p.71). Com o início da Segunda Guerra em 1939, a gasolina ficou racionada e fornos e têmeperas passaram a ser aquecidos por uma fonte de energia improvisada: o gasogênio. Nesse período, houve também uma diversificação da linha de produção da vidraria: fabricação de frascos para remédios e perfumes (tubos de vidros, ampolas, flaconetes e também os vidros azuis, marca registrada do Leite de Magnésia de Philips).



**Figura 02:** Vista parcial da fábrica, provável década de 1930. É possível constatar a significativa expansão em relação ao início do conjunto. Ao lado esquerdo, observa-se a linha de trem. Fonte: BRANDÃO, 1996, p.64.

Em 1941, a fábrica construiu olarias internas para fabricação de tijolos refratários, elemento fundamental para seus fornos de fusão, procurando assim emancipar-se das importações (BARCELOS, 1983, p.114), além de voltar a produzir o vidro plano através da Companhia Vidraria Nacional (Covibra), cujas instalações foram erguidas ao lado da fábrica da Santa Marina. Após um processo de racionalização da parte administrativa em 1944, a empresa associou-se à *Corning Glass Works* dos Estados Unidos que detinha a marca *Pyrex*, o que foi primordial para a recuperação da Santa Marina no período pós Segunda Guerra (BARCELOS, 1983, p.115).

No início da década de 1950, a fábrica contava com outras instalações para carpintaria, fundição, oficina de moldes, olaria, fornos para a fabricação de refratários, moinho para tratamento de substâncias minerais, serraria de lenha, armazém de produtos, matérias primas e material de embalagens; garagens e oficinas de veículos e linhas internas (desvio) da estrada de Ferro Santos & Jundiaí (BARCELOS, 1983, p.132-133). Com a comemoração em 1953 do jubileu de ouro da sociedade anônima

foi feita uma publicação que contém imagens como a vista aérea abaixo, ilustrando a situação e a organização do conjunto fabril naquela ocasião, significativamente ampliado em relação à década de 1930.



**Figura 03:** Vista aérea – comemoração de 50 anos da empresa. Legenda: 1. Um dos lagos naturais; 2. Castelo das bombas de água; 3. Reservatório de combustível; 4. Depósitos de garrafas; 5. Forno N° 14 para fabricação de artigos Pyrex; 6. Forno para fabricação de tubos; 7. Fornos automáticos para a fabricação de vidros e garrafas; 8. Praça de Esportes; 9. Armazéns de matérias primas; 10. Seção de tratamento de areia; 11. Armazéns para depósitos e embalagens de vidros; 12. Fornos semi-automáticos para a fabricação de vidros; 13. Forno N° 12 para a fabricação de automática de garrafas; 14. Conjunto residencial para empregados (Vila Velha). Fonte: Acervo da Empresa (adaptada pelo autor).

Tendo como referência aquela descrição dos processos manuais de 1905, é interessante contrapor agora a descrição feita pelo historiador Flávio de Barcelos da linha produtiva da década de 1950, em que a intensa automatização é evidente. Nesse momento, nos fornos automáticos a massa vítrea cadente é cortada em quantidades por certas “tesouras” em intervalos milimetricamente calculados de acordo com a necessidade da peça em questão, essa massa vai para os pré-moldes e passa por sopros mecânicos preliminares, em seguida vai para os moldes definitivos onde também passa por sopros mecânicos e de onde o artigo pronto é retirado através de máquinas – tenazes, que funcionam como “mãos” automáticas – e colocado no forno de recozimento (têmpera). Em relação aos artigos domésticos (pratos, xícaras, pires, etc.) o processo é diferente porque passa por uma prensagem, que também nesse período estava totalmente mecanizado: a massa vítrea escorrida do forno é

automática e rigorosamente cortada, vai para os moldes em uma mesa rotativa, onde é prensada automaticamente; as peças moldadas e prontas vão sendo retiradas por sucção, colocadas numa esteira e levadas ao forno de recozimento (BARCELOS, 1983, p.134-135).

## **1.2 Saint-Gobain, a partir da década de 1960:**

Ainda na década de 1950 a *Compagnie de Saint - Gobain* começou um processo em busca de novos mercados na América Latina e o Brasil era um país industrialmente promissor. A cidade de São Paulo tinha uma política favorável para o capital estrangeiro, favorecendo então, no ano de 1960 a associação entre a Saint - Gobain, a Souchon - Neuvesel e a Santa Marina, que vinha de um período de divergências internas entre os proprietários, enfraquecendo a empresa. A Santa Marina apresentava, segundo relatos da época, fornos pouco eficientes, mantidos precariamente e um quadro econômico frágil devido às dívidas com bancos (BRANDÃO, 1996, p.80-82).

A associação com a Saint-Gobain levou a uma complexa reestruturação não só administrativa, mas também física. A empresa passou então por significativas alterações nos equipamentos e edifícios visando melhor eficiência e flexibilidade. Nas proximidades da marginal do Tietê (Av. Embaixador Macedo Soares) foi construída uma estação de captação de tratamento de água para atender às necessidades crescentes. Além da implementação de melhorias técnicas em várias unidades, a capacidade de produção foi ampliada pela transformação do Forno 11 para vidro doméstico, a ampliação do Forno 14 e o aprimoramento dos Fornos 5 e 12. Foram criados dois centros (Vasilhame e Doméstico) responsáveis por todo o processo de produção de seus segmentos e recebendo prestação de serviços de outros departamentos como Manutenção, Expedição, Oficinas de Fôrmas e Refratários; a qualidade dos produtos passou a ser fiscalizada pelo serviço de Controle de Qualidade (BARCELOS, 1983, p. 163-164). Nessa ocasião de profundas mudanças o que era “antieconômico” foi eliminado como os Fornos 0 e 1 que eventualmente poderiam representar um relevante acervo historiográfico por serem as edificações mais antigas.

Outra alteração foi a abertura da Avenida do Emissário em 1962 (que posteriormente teve seu nome alterado para Avenida Ernano Marchetti) que vinha do centro da Lapa e atravessou o terreno de propriedade da Companhia, na área em que estavam os lagos e edificações adjacentes (230.000 m<sup>2</sup> quadrados dos quais 190.000 m<sup>2</sup> de terrenos



alagadiços). Essa área que ficou então separada pela avenida foi alienada em 1967 para outra empresa (BARCELOS, 1983, p.154-155).

Em 1971, a Santa Marina incorporou a Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda, e seu importante patrimônio relacionado à produção de vidro plano. Foi também construída uma nova unidade (P.200) para o fabrico de vidro plano com capacidade de produção diária de 200 toneladas de vidro através de um sistema de têmpera horizontal. Em 1973 outro forno de estiragem com 4 máquinas foi construído (BARCELOS, 1983, p.179-180). Com essas ampliações e incorporações, o escritório central foi transferido para a Av. Paulista. Porém, essas instalações não atendiam ao volume crescente de serviços administrativos centrais. Dessa forma, foi necessária a construção de uma sede própria que pudesse abrigar os setores principais de sua administração. Optou-se por um terreno próximo ao complexo fabril, onde se situava originalmente a “Vila Nova” (uma das vilas operárias), esse novo edifício administrativo central que conta com quatro pavimentos, auditório e restaurante foi inaugurado em 1975 <sup>4</sup> (BARCELOS, 1983, p.179).

Em 1979, devido à necessidade de ampliar seus armazéns a empresa também adquiriu o imóvel ao lado da ferrovia, na passagem de nível da estação de Água Branca, da firma Rheen Metalúrgica S. A., onde por muitos anos funcionou a Companhia Cerâmica Progresso <sup>5</sup>, local em que se instalaria o seu maior depósito

---

<sup>4</sup> Esse projeto pode ser consultado junto à biblioteca FAUUSP (Acervo do Setor de Projetos de Arquitetura): *Edifício Sede da Cia. Vidraria Santa Marina à Av. Santa Marina, N° 458 a 508 – Água Branca*. Data: 1974. Autor: Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda.

<sup>5</sup> Esse imóvel foi tombado na Res. 05/09 (ZEPEC Lapa) com a denominação de “Antiga Fábrica de Tubos de Barro”. Como está relacionado com outro segmento industrial (produção cerâmica) não fazendo parte do conjunto ligado especificamente à produção vidreira, optou-se em não incluí-lo nesta análise. Atualmente essas edificações são usadas pelo Laboratório de Pesquisas da Brasilit, a empresa Calmar e a divisão de produtos refratários da Saint - Gobain. O tombamento considerou Nível de Proteção 3 (NP 3) para as características da fachada voltada para a ferrovia e foi definida uma área envoltória de 30 metros paralela a essa fachada. Esse tombamento gerou uma contestação por parte do Grupo Saint - Gobain, com a consultoria dos arquitetos Dr. Marcos José Carrilho e Dra. Cecília Rodrigues dos Santos, pautando-se, basicamente, na discussão sobre os critérios utilizados para as determinações (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.135-139, p.496, p.576-590 e p.621-665).

fechado com uma área de 32.800 m<sup>2</sup>, compreendendo um conjunto de enormes edifícios com grande capacidade de armazenamento (BARCELOS, 1983, p.184-185).

Em 1982 foi implantado o processo de fabricação do vidro pelo processo *float*, além disso, com o término da concessão com a *Corning*, ficou proibido o uso do termo *Pyrex*, foi então lançada uma nova designação pela empresa para o mesmo produto: *Marinex*. Em meados da década de 1980, devido à maior incidência de uma legislação do meio ambiente no município, foi implantado um sistema de filtragem eletrostática no forno P 200, inédito no país.

Na década de 1990, completando trinta anos da fusão com a Saint - Gobain, aventou-se a possibilidade de desativar o complexo da Água Branca por ser limitado em termos de área, mas chegou-se a um consenso de que a instalação se manteria, então houve uma reestruturação dos departamentos, além de mais um grande investimento em um novo forno. No compito geral aproximadamente, 40 mil metros quadrados foram demolidos e 256 mil metros quadrados construídos. A situação atual da empresa é basicamente similar à da década de 1990. Alguns segmentos foram terceirizados e parte do terreno corresponde atualmente à outra empresa; ainda assim o conjunto industrial como um todo continua com a mesma atividade produtiva.

Considerando a situação da produção vidreira apresentada do começo do século e, posteriormente, do meio do século (bastante próxima da atualidade), de acordo com o historiador Flávio de Barcelos: “[...] *verifica-se que a fabricação de garrafas e de vidro plano se assenta nos mesmos princípios. O que mudou foram os sistemas, as metodologias, os processos, as nomenclaturas, introduzidos e alterados paulatinamente pela evolução da tecnologia e, como decorrência, identificados pelos neologismos que essa evolução criou e continua criando. Hoje a máquina faz tudo.*” (BARCELOS, 1983, p.69).

Ainda assim, constata-se que do primeiro forno rudimentar instalado em fins do século XIX para a situação atual houve expressivos acréscimos e alterações no conjunto, refletindo as próprias alterações do processo produtivo. De acordo com informações obtidas em entrevista com a funcionária Sandra Maria de Souza Pereira <sup>6</sup>, a necessidade de construção sucessiva de fornos é uma constante nas transformações da empresa em decorrência das características intrínsecas à produção vidreira, a vida operacional dos fornos é praticamente ininterrupta, ou seja, um forno só pode ser

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 01 Jul. 2008.

efetivamente desativado se houver outro pronto, e devidamente aquecido de modo que supra às necessidades do anterior. Inicialmente, de acordo com o historiador Flávio de Barcelos, a construção do forno e a fabricação do vidro era difícil e complexa e eram necessários até seis meses contínuos de aquecimento para que atingissem a temperatura exigida para fusão do vidro (1500 a 1800 graus Celsius) – atualmente são necessários de 8 a 10 dias para tal procedimento (BARCELOS, 1983, p.44). Sem contar todo o processo de mecanização e automatização que foi apresentado.

As declarações do então diretor presidente mediante a necessidade de remodelação da década de 1990 e expressas na publicação comemorativa do centenário são bastante reveladoras sobre a política da empresa o que está refletido nas alterações físicas daquele momento: *“Não se pode exigir qualidade e produtividade sem abordar o conceito de ordem, arrumação e disciplina. [...] Não se pode pedir a um operário para produzir alguma coisa com qualidade, se o ambiente de trabalho em torno é sujo e desordenado”* (declaração do diretor – presidente Sr. Jean Claude Breffort apud BRANDÃO, 1996, p.96).

O conjunto todo foi, de fato, bastante alterado, há uma contínua sobreposição de edificações novas, novos revestimentos e nova infra-estrutura, tendo como referência os antigos fornos e as antigas estruturas e somente alguns remanescentes pontuais foram preservados. Ainda assim, a manutenção da atividade industrial vidreira nesse complexo que se mantém por mais de um século é uma referência importante que justifica a atenção por parte dos segmentos da preservação patrimonial.

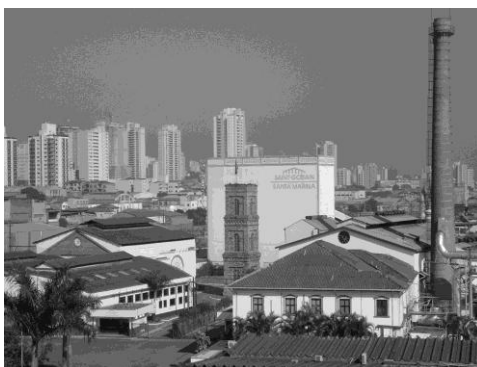
## **2 Tombamento e reações por parte da empresa:**

O reconhecimento do valor histórico-cultural da antiga Vidraria Santa Marina está condensado na esfera da política pública municipal de preservação patrimonial em decorrência de uma indicação da população para integrar a lista das ZEPEC (Zona Especial de Proteção Cultural) da Subprefeitura da Lapa em 2004. A partir daí, iniciou-se um processo de análise do conjunto fabril por parte do DPH e em 2009, na Resolução N° 5 que dispôs sobre os itens analisados como ZEPEC Lapa, foram tombados alguns remanescentes da antiga Vidraria Santa Marina: torre de energia, edifício Amazonas, edifício São Paulo, chaminé forno 05 e chaminé forno 20.

A torre de tijolos aparentes de aproximadamente três pavimentos de altura com janelas em arco em todos os andares é uma das edificações mais significativas por ser

provavelmente o mais antigo remanescente, ela aparece desde os primeiros registros fotográficos, porém, não se sabe precisamente a função desse edifício que supostamente abrigou um reservatório elevado de água e depois cabine elétrica (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112 e p. 364). O valor documental, histórico e simbólico deste elemento é notório e compreendido pela empresa que o preservava mesmo antes da indicação para tombamento.

O galpão próximo à torre, o edifício Amazonas, foi tombado alegando-se que mantinha volumetria e alguns elementos originais na fachada, como segmentos de arcos (que são inclusive reforçados através da pintura) e parte de uma cornija em alvenaria de tijolos. A empresa considera que esses elementos são vestígios escassos do antigo galpão industrial, ainda assim não diverge propriamente da determinação de proteger esse edifício (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112 e p.364).



**Figura 04:** Ao centro, torre em tijolos aparentes; à esquerda da torre o Edifício Amazonas com detalhe dos arcos e cornija em tijolos. Foto: Autor, 2008.

O edifício São Paulo é consensualmente bastante expressivo sob o aspecto arquitetônico por representar as edificações industriais da primeira metade do século XX. Segundo o histórico da empresa obtido pelos estudos do DPH, provavelmente, foi destinado a oficinas devido às pontes rolantes remanescentes no interior; a estrutura da edificação é composta de peças metálicas usinadas, montadas no local que são aparentes por toda a fachada e constitui uma trama reticulada preenchida de alvenaria de tijolos.

Além desses edifícios, duas chaminés foram tombadas, a chaminé N° 5, embora não seja dos fornos pioneiros, é a mais antiga do atual conjunto. A empresa admite o valor desse elemento como um dos marcos mais antigos da presença da fábrica na região (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 365). Já no que se refere à chaminé N° 20 tombada por ser uma referência visual - altura de 80 metros – (SÃO

PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.112), a empresa contesta por tratar-se de um elemento recente, de 1974, construído num momento em que a empresa passava por várias adaptações de seu processo produtivo.



**Figura 05:** Edifício São Paulo no lado direito, em que se pode verificar a fachada com trama metálica e preenchimento em alvenaria de tijolos aparentes. A chaminé N° 5 na extrema esquerda e chaminé N° 20 na extrema direita. Foto: Autor, 2008.

A resolução oficial determinou que o grupo formado pela torre de energia e chaminés dos fornos 05 e 20 teriam nível de preservação 1 (NP1), ou seja, preservação integral de suas características externas e internas; e que os edifícios Amazonas e São Paulo teriam nível de preservação 3 (NP3), ou seja, preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura dos imóveis.

Em função dessa resolução a empresa desenvolveu uma contestação<sup>7</sup> propondo uma revisão de alguns termos que ainda está tramitando nos órgãos públicos responsáveis. Nesse relatório se reconhece o valor simbólico da torre, dos fragmentos da antiga alvenaria do edifício Amazonas e do edifício São Paulo, grupo de edificações que já vinha sendo preservado por iniciativa própria, segundo a empresa. Já no caso das

---

<sup>7</sup> O trabalho de contestação elaborado pelo grupo Saint - Gobain teve a consultoria dos arquitetos Dr. Marcos José Carrilho e Dra. Cecília Rodrigues dos Santos e consta no processo de tombamento (Processo: 2008-0.190.016-2 – Res. 05/09, p.360-407).

chaminés do Forno 05 e 20 é enfatizado o valor utilitário por estarem em pleno funcionamento.

Desse modo, essa contestação coloca que quanto aos itens com nível de preservação NP1 que dispõe sobre a preservação integral das características externas e internas só é perfeitamente aceitável para a torre de energia, já, o mesmo não se pode dizer quando esta exigência incide sobre o interior das chaminés, por decorrência da própria atividade industrial, como as superfícies estão submetidas a altas temperaturas e sujeitas a desgastes são necessárias constantes adequações para manter a atividade em segurança. Em relação aos itens com nível de preservação 3 (NP3) que dispõe sobre a preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura dos imóveis a empresa considera que seja perfeitamente aceitável para o Edifício São Paulo, o mesmo não se pode dizer quanto ao Edifício Amazonas, o qual caberia, segundo a empresa, a preservação única e exclusiva da fachada (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.697).

A principal argumentação, porém, não se refere propriamente às medidas de preservação propostas sobre a materialidade das edificações, mas sim à definição da “Área de Proteção de Bens Tombados” de cada uma das unidades por repercutir diretamente na manutenção das atividades industriais. A disposição oficial definia a partir dos bens preservados raios de 30 m, resultando em manchas cujos perímetros incidem sobre partes de outras edificações existentes (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.366). No caso do eixo entre a Avenida Santa Marina e a torre (cabine elétrica) fica explícito a necessidade de manter a visualização, então a proposta prevê a preservação da volumetria dos prédios e a manutenção das áreas livres daquele trecho.

Para a empresa as restrições desta resolução são ainda mais críticas em relação à área envoltória das chaminés, pois os fornos funcionam 24 horas 365 dias por ano, a temperatura de funcionamento é de 1600 graus Celsius e paralisações só a cada 10 anos, em média, para serviços de manutenção pesada. Além disso, as chaminés associam-se a outras instalações, como Usina de composição - matéria prima para a produção de vidro; o Eletro - filtro que atende as especificações da CETESB e retira material particulado e gases nocivos à saúde; a estação de tratamento de água para o resfriamento do forno e de outros equipamentos – transformadores, grupo gerador, compressores – além de todo um conjunto complexo de redes de tubulação que

interligam as partes (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.366 - 367).

A empresa alega que a caracterização da área de proteção relativa à Chaminé N° 05, impede qualquer construção ou reformas anexas, até mesmo de equipamentos de controle ambiental de emissões. De acordo com as especificações da empresa esses equipamentos precisam de constante monitoramento, manutenção, conservação e aperfeiçoamento, por exemplo, a substituição do filtro da chaminé N° 20 prevista para os próximos anos, o que exige a construção prévia de um novo eletro-filtro, de modo que a substituição não implique na interrupção de funcionamento. Além disso, a empresa alega que podem ocorrer situações críticas que exijam intervenções imediatas, não sendo possível aguardar os trâmites dos licenciamentos necessários (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p. 367 -368).

Em função disso a empresa apresentou algumas alternativas em que as áreas de vizinhança faceassem os edifícios lindeiros de modo que não incidissem nas áreas internas dos mesmos, com o objetivo de assegurar as visuais para a proteção dos edifícios Amazonas, São Paulo e da torre. Nessa proposta evitou-se estender as áreas de proteção às chaminés, que segundo a empresa, devido à altura, dificilmente seriam perturbadas por eventuais interferências, tendo sido evitada a definição de outros gabaritos. Caso haja necessidade de limitar os gabaritos de altura, existe outra alternativa em que se estipula uma altura máxima de 40m (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.368). Dessa forma, a empresa considera que estaria contemplada tanto a preservação dos bens, quanto a continuidade da atividade industrial. A promulgação final da resolução por parte do órgão público, considerou essas colocações da empresa, porém o gabarito máximo da área de restrição ficou mantido em 30m de altura.



**Figura 06:** Antiga Vidraria Santa Marina, indicação dos imóveis tombados e delimitação das áreas de proteção. Fonte: SMC/CONPRESP, Res. 05/09 – Anexo F, disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/antiga\\_vidracaria\\_santa\\_marina\\_1253300948.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/antiga_vidracaria_santa_marina_1253300948.pdf). Acesso em: 13 Nov. 2009.

Ainda foi solicitado que fosse incluída uma observação na Resolução de tombamento nos seguintes termos, principalmente no caso das chaminés e respectivos fornos que exigem intervenções rotineiras e de urgência: *“Com relação aos edifícios tombados e seus equipamentos anexos, fique ressaltada a possibilidade de manutenções preditivas, preventivas e corretivas sem prévia autorização do CONPRESP, para fins de **não inviabilizar a continuidade do processo produtivo ou das atividades fabris**, com a premissa de que a preservação ocorrerá (salvo eventos de caso fortuito ou força maior, tais como tempestades, ventanias, etc.)”* (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.695, grifo nosso)

É sugestivo considerar que o principal ponto das manifestações de contestação diz respeito a aspectos técnicos das atividades industriais, que inclusive são de caráter intensivo que duram 24 horas. A empresa ressalta que há uma disposição em anuir ao tombamento, mas que sejam consideradas por parte do órgão público de preservação as características e as necessidades da atividade fabril: *“[...] a indústria **continua e pretende continuar em atividade e, mesmo com as medidas de proteção discutidas, esperava-se que as mesmas contemplassem, com as devidas cautelas, as características de um empreendimento ativo**, de modo a não comprometer a continuidade do processo produtivo, a segurança das instalações*



*fabris, além da segurança dos funcionários e prestadores de serviço que atuam no local.” (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.694, grifo nosso)*

Verifica-se que a questão da manutenção da atividade industrial e sua interface com o patrimônio industrial é, portanto, um ponto crucial que norteia a contestação apresentada pela empresa, cujo propósito é solicitar uma revisão dos termos para que as atividades produtivas da Saint - Gobain Vidros S.A possam ter continuidade com a segurança necessária: *“Tratando-se de patrimônio relacionado às origens da industrialização de São Paulo, nada mais pertinente do que sua preservação associada à persistência das atividades produtivas.”* (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.369 – grifo nosso). Nesse sentido a empresa destaca a importância da manutenção de um uso como condição para a preservação: *“Considerando que o uso constitui a condição fundamental da preservação e considerando ainda que não se conhece melhor maneira de contemplar a preservação do patrimônio industrial que promover a continuidade da mesma atividade que lhe deu origem – ou seja, a atividade industrial – estamos certos de ver acolhidas nossas propostas de ajuste e aperfeiçoamento da Resolução de Tombamento Nº 5.”* (SÃO PAULO - cidade, SMC/CONPRESP, Res. 05/09, p.698 – grifo nosso).

### **Considerações finais:**

No que diz respeito à evolução física do conjunto ao longo das décadas, é possível constatar que embora a empresa tenha demonstrado preocupação com seus acervos iconográficos e históricos e que haja iniciativas incipientes de preservação das edificações, as orientações primordiais que determinaram as ações interventivas são norteadas por questões de ordem prática e econômica, intrínsecas à dinâmica industrial. A evolução técnica das linhas produtivas e a predisposição a adaptações de modo a atender às demandas do mercado, demonstrou que a política da empresa teve sempre como objetivo principal obter um maior rendimento produtivo e a redução de custos. Fica evidente, então, aquilo que foi diagnosticado por Kenneth Hudson no âmbito da arqueologia industrial que identificou como fatores básicos que levam à destruição dos remanescentes industriais a ignorância em relação ao real valor histórico do que está sendo transformado e a necessidade e prioridade da atividade fabril em estabelecer-se na marcha do progresso (HUDSON, 1976, p.26 – 27).

Em relação ao processo de reconhecimento do valor cultural que se dá através do tombamento, pode ser destacada a atuação e a abordagem do órgão municipal de preservação. Além das especificações a respeito da “Área de Proteção de Bens Tombados” que abrange, dentre outros aspectos, o gabarito de alturas das edificações do entorno, recuos e o respeito à visualização dos edifícios tombados, há algumas menções que se reportam à questão da paisagem urbana, que no caso estudado, justificam e embasam o tombamento da chaminé N° 20. No entanto, os remanescentes da Vidraria Santa Marina foram tombados de forma pontual, sendo considerados como referências simbólicas isoladas daquilo que de fato configura o conjunto como um todo e sua efetiva relação com a cidade. A salvaguarda ainda é desvinculada de sua real dimensão urbana como um fator cultural que precisa ser incorporado pelo planejamento urbano na atual dinâmica da cidade, principalmente, levando em consideração a eminente valorização imobiliária das áreas industriais e a diversificação do uso do solo.

Através do processo de salvaguarda também pode ser avaliada a relação entre os proprietários e usuários do imóvel com o próprio bem cultural e com o tombamento. Como característica deste instrumento legal, ainda que se tombe o imóvel, não se pode tomar o uso, que não é objeto móvel ou imóvel. Deriva daí, então, a questão que se refere à compatibilidade do tombamento como instrumento de salvaguarda de um patrimônio industrial em atividade, uma vez que se subentende eventuais adaptações para a manutenção do uso fabril. Como foi apresentado, o processo causou reações por parte da empresa cuja contestação se baseia fundamentalmente na própria condição de manutenção da atividade industrial em contraposição à preservação patrimonial.

No campo da preservação patrimonial, a questão do uso de um bem de reconhecido valor cultural é bastante discutida <sup>8</sup>; de um modo geral há um consenso sobre a importância de uma destinação útil para a conservação. No entanto, a imposição de uma destinação inadequada pode aumentar o risco de destruição. Como pôde ser observado, a mera manutenção do caráter industrial não garante a conservação da materialidade do conjunto. Por outro lado, pressupõe-se que seja possível e compatível coadunar remanescentes industriais conservados (edifícios, sistemas

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre as abordagens de alguns dos principais teóricos da preservação patrimonial a respeito da questão do uso ver: RODRIGUES, 2011, p.35-44.

produtivos, maquinários, etc.) com a atividade original para o qual foram designados. Exemplos de patrimônio industrial em uso requerem, portanto, um cuidado criterioso em relação às instruções de tombamento e à abordagem no campo da preservação patrimonial de modo que, eventualmente, também possam ser consideradas as necessidades do processo produtivo. As determinações de salvaguarda deveriam estar abertas às novas demandas ainda não previstas da dinâmica fabril.

Além disso, pode-se evidenciar a importância documental do processo de manufatura. No âmbito da arqueologia industrial, a Carta de Nizhny Tagil (2003) dispõe sobre a necessidade de inventariação de conjuntos ainda em atividade: “3-iii. [...] *Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim de uma atividade produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registro em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registradas e conservadas, sempre que possível.*” (TICCIH, 2003).

Procurou-se, então, estabelecer a discussão de modo que o patrimônio industrial em atividade possa ser abordado levando em consideração toda sua complexidade e potencialidade de objeto de estudo com o objetivo de colaborar para uma ampliação da compreensão desses exemplares enquanto bens culturais e documentais de um sistema produtivo e de uma relação com a cidade. Ampliando-se essa conscientização, poderia ser incrementada uma política de incentivos e orientações aos proprietários e usuários dos atuais bens que ainda mantêm a atividade industrial na cidade de São Paulo.

#### **Referências bibliográficas:**

BARCELOS, Flávio de. *Companhia Vidraria Santa Marina - 80 anos de sociedade anônima, 90 de vidro – a biografia de um monumento*. São Paulo: (não pub.), (1983).

BRANDÃO, Ignácio Loyola, *Santa Marina – um futuro transparente*. São Paulo: DBA - Dórea Books and Art, 1996.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology – a new introduction*. Londres: John Backer, 1976.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

RODRIGUES, Angela R. *Estudo do patrimônio industrial com uso fabril na cidade de São Paulo*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Cidade e indústria: estudo sobre a relação dos processos de urbanização e industrialização na cidade de São Paulo. In: *II Encontro Nacional sobre Patrimônio industrial – da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial*. São Paulo, 2009. (CD – ROM)

SÃO PAULO (cidade). SMC/ CONPRESP. *Estudo das Zonas Especiais de Preservação Cultural -ZEPECS*. Processo: 2004 - 0.297.171 - 6.

\_\_\_\_\_. SMC/ CONPRESP. Res. 05/09 - *Tombamento ZEPECS Lapa*. Processo: 2008 - 0.190.016-2.

TICCIH. *Carta Niznhy Tagil*, 2003. Disponível em:  
<<http://www.patrimonioidustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>>  
Acesso em: 01 Nov. 2010.